

# humanitas



**Vol. XXVII-XXVIII**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

---

# HUMANITAS

VOLS. XXVII E XXVIII



COIMBRA  
MCMLXXV-MCMLXXVI



## ROPICAPNEFMA: UM BIBLIÓNIMO MAL ENXERTADO

Ainda ninguém discutiu até hoje, que eu saiba, a formação do estranho nome que o gramático e historiador quinhentista, João de Barros, pôs a um livro que também intitulou de «mercadoria espiritual».

Na dedicatória a Duarte de Resende, amigo e parente, homem de interesses culturais semelhantes aos seus próprios, o historiador e moralista escreveu: «ofereço-vos este pomo que naceo destes dous ramos: a um chamam *Ropica* e a outro *Pnefmaticos*. Os quais enxertados um em outro, lançaram de si *Ropicapnefma*, a que em nossa linguagem podeis chamar *Mercadoria Espiritual*».

Os dois elementos gregos que desabrocharam nessa estranha «mercadoria espiritual» são um pouco exóticos, embora por motivos diferentes, a saber, o primeiro, *ropica*, pela sua raridade, o segundo, pela maneira como está grafado, *pnefmaticos*.

Não será, por isso, inoportuno, que comecemos por analisar alguns exemplos de grego, no original e em transcrição, anteriores a 1531, ano em que foi publicada a *Ropicapnefma*.

As primeiras menções de grego impresso em Portugal encontram-se nas *Epistolae et Orationes Quaedam* de Cataldo Parísio Sículo (1), acabadas de imprimir em Lisboa por Valentim Fernandes, em 21 de Fevereiro de 1500. Aí pode ler-se a palavra *ἰπποφόρος*, sem espírito nem acento, e uma citação de Teócrito que creio ter sido eu o primeiro a identificar no livro *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, 1969, p. 40. Publiquei nesse livro a fotografia da página em que a frase ocorre, num grego improvisado e de mau corte, que contrasta

---

(1) Uma pequena biografia do humanista, com bibliografia actualizada, pode ler-se no artigo que escrevi para *Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 17, Lisboa, 1975, pp. 46-47. A legenda da gravura dos *Poemata Cataldi*, publicada nesse artigo, está errada e não é da minha responsabilidade. Em vez do que lá está, deve ler-se «Lisboa, s.d.». Também na p. 46 (quinta linha a contar do fim) a data é 1509 e não 1505, como lá figura.

com a nitidez e regularidade do belo tipo gótico usado para os caracteres latinos. Uma outra citação grega do mesmo livro de Cataldo não consegui identificá-la com tanta segurança. Sobre este assunto remeto os interessados para os meus *Estudos sobre a Época do Renascimento*, já referidos, na p. 41.

Lá para o fim da composição das *Epistolae et Orationes Quaedam*, Cataldo deve ter-se aborrecido com a péssima reprodução tipográfica dos caracteres gregos, porque a última citação helénica desse livro de 1500, uma frase de Aristóteles, vem em transliteração latina: «Eschron siopan che isocratin ean legin», isto é, *Ἀισχροὺν σιωπᾶν καὶ Ἰσοκράτην εἶν λέγειν*. A citação grega foi mais fácil de reconstituir, porque Cataldo deu a sua tradução latina, a seguir à transliteração: «turpe est tacere et isocraten pati dicere» (*Epistolae* I, i, iij v<sup>o</sup>).

A observação da pronúncia de Cataldo é esclarecedora sobre a leitura do Grego em Portugal, no tempo de João de Barros: «escrón» para *ἄισχρόν*, «che», escrito à italiana, para *καί*, a final *-την* de *Ἰσοκράτην*, lida «-tin», a final *-ειν* de *λέγειν*, lida «-in», tudo isto revela a pronúncia tradicional do grego moderno, dado que o Renascimento italiano aprendeu a língua helénica com os refugiados gregos de Constantinopla.

Há no introdutor do Humanismo em Portugal, Cataldo Parísio Sículo, palavras gregas em outras obras, mas preferi analisar as citações mais antigas, cuja impressão está datada: Fevereiro de 1500.

O mesmo tipo foi ainda usado por Valentim Fernandes na *Noua Grammatices Mariae Matris Dei Virginis Ars* de Estêvão Cavaleiro, publicada em Lisboa, em 1516, onde aparecem algumas palavras helénicas. Da importância deste livro para a História da Cultura Portuguesa, falei em «A Introdução do Humanismo em Portugal», *Humanitas*, xxiii-xxiv, 1971-72, pp. 435-452, especialmente nas pp. 444-447.

Se passarmos agora a um livro como a *Epometria* de Aires Barbosa, publicada em Salamanca, em 1515, aí não vamos encontrar caracteres gregos, apesar de Arias Barbosa Lusitanus, como ele gostava de chamar-se nos seus livros, ter sido o introdutor do Grego na Península Ibérica, ao iniciar o ensino da língua sábia em Salamanca. Como é sabido, Aires Barbosa estudara Grego com Ângelo Policiano em Florença, antes de 1494, ano do falecimento do humanista italiano.

Na *Epometria*, a transcrição de parte de dois versos das *Rãs* de Aristófanes é também significativa: «apocryptein chri toponiron tonge poijtjn / caimi paragein mide didascein» («o poeta deve esconder o mal /



/ e não o mostrar nem ensinar»): «(...) ἀποκρύπτειν χρη τὸ πονηρὸν τὸν γε ποιητὴν / καὶ μὴ παράγειν μηδὲ διδάσκειν».

Por falta de tipo grego, certamente, este iniciador do Grego na Hispania só usou caracteres latinos. As únicas palavras em tipo grego que me recordo de ter visto nas suas obras encontram-se na *Antimoria*, o famoso poema contra o *Elogio da Loucura*, a *Μωγία* de Erasmo. A *Antimoria* foi impressa em Coimbra, em 1536.

Outro exemplo significativo é o de Martinho Figueiredo, tio de Aires Barbosa, como ele estudante em Itália e antigo discípulo de Policiano. No seu *Commentum in Plinii Naturalis Historiae Prologum*, publicado em Lisboa, em 1529, usa frequentemente palavras gregas em transcrição latina. É curioso notar que Martinho Figueiredo deixou espaços em branco no lugar das palavras gregas, mas elas nunca foram impressas, pelo menos nos exemplares que conheço deste livro raríssimo, um dos quais se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Palavras como *δέχομαι*, *ἐγχειρίδιον*, *βουλή*, transcritas por *decome*, *enchiridion*, *voli*, mostram a leitura do grego tal como a faziam os gregos contemporâneos e não aquela que as universidades europeias usam hoje.

Assim sendo, o *Pnefma* do título grego de João de Barros não é outra coisa senão *πνεῦμα*, com ditongo na leitura restaurada do grego, com labiodental na leitura do grego moderno, «pnefma».

Note-se que João de Barros não usou caracteres gregos certamente porque o seu tipógrafo, em 1532, o francês Germain Gailard ou, como ele próprio escreve em forma aportuguesada, «Germão Galharde impressor», não tinha grego na sua oficina de Lisboa. Igualmente, Martinho Figueiredo não empregou caracteres gregos, porque o mesmo impressor os não possuía três anos antes, em 1529, quando imprimiu o seu *Commentum in Plinii Historiae Naturalis Prologum*.

Regressemos agora ao título helénico da *Mercadoria Espiritual* de Barros.

O futuro historiador encontra-se na sua quinta da Ribeira de Litém, perto de Pombal, e escreve a Duarte de Resende, que estava em Coimbra, pedindo-lhe um *De Officiis* de Cícero, se por ventura Resende, ao sair de Lisboa, fugindo à peste e às consequências do terramoto de 1531, se lembrara de trazer o livro do Arpinate. Resende responde, pedindo a ajuda de Barros para a tradução portuguesa, que tratava de imprimir, de várias obras de Cícero, publicada nesse ano de 1531, em Coimbra, com o título de *Tratados da Amizade, Paradoxas e Sonho de Cipião*.

Barros, por sua vez, manda-lhe o manuscrito da *Ropicapnefma* e recorda que, outrora, enviara a Duarte de Resende, quando ele era feitor d'el-Rei no Maluco, isto é, nas Molucas, o seu *Clarimundo*, publicado em 1520. A propósito, lembra que Resende chegou há pouco do Maluco e da sua feitoria, e que ele, Barros, deixou também há pouco o lugar de tesoureiro d'el-Rei, «negócio que também trata de mercadoria como o vosso». E Barros conclui «que nenhũa linguagem podia convir mais a vós e a mim que a que tratasse de mercadoria, feita em colóquios, por ser tempo deles».

É deste pensamento de que dois homens que tratam de negócios de dinheiro e bens materiais estavam agora trocando ideias e livros, que vem a sugestão de chamar à obra «mercadoria espiritual» e de nobilitar o título com uma palavra nunca ouvida, um composto grego inventado por Barros.

Sim, porque o plano inicial é o de dar ao livro um nome em uma só palavra, e *Ropicapnefma* é claramente um διπλοῦν ὄνομα, um composto. Por isso, estranho que a maior parte dos que se referiram até hoje ao diálogo de João de Barros escrevam o seu nome em duas palavras, grafia que torna tal título ainda mais exótico. O próprio editor mais recente, o lusitanista francês I. S. Révah, só acertou com o composto grego no segundo volume da sua edição, pois no primeiro emprega ainda duas palavras no título (2).

O grego clássico foi, na cultura ocidental, a língua por excelência da composição nominal.

«Usam-se palavras compostas» — escreveu Aristóteles na *Retórica*, III, iii, 3 ou 1406a — «quando uma coisa não tem nome, e a palavra se compõe com facilidade».

Do uso literário dos compostos gregos, escrevi na minha tese de doutoramento, intitulada *Διπλᾶ Ὀνόματα no estilo de Aristófanes*,

---

(2) E num artigo posterior, «Le Colloque *Ropicapnefma* de João de Barros. Genèse, structure et technique» (*Bulletin Hispanique*, LXIVbis, Bordéus, 1962, 572-592; *Études Portugaises*, Paris, 1975, 99-119) não arrisca sobre o título mais do que as considerações seguintes: «τὰ ὀπωπικά a, chez Plutarque, le sens de 'marchandises ou objets de peu de valeur': ce n'est évidemment pas le sens que voulait lui donner João de Barros. Ne nous y trompons pas, en effet: ce titre grec représente plus une aspiration qu'une réalité intellectuelle».

Depois de ter procurado em vão este artigo em bibliotecas estrangeiras, só consegui vê-lo em Coimbra, quando o presente trabalho já se encontrava em provas.



Coimbra, 1952. *Διπλᾶ Ὀνόματα* são as palavras compostas. Para lá remeto quem estiver interessado nos valores sintácticos e estilísticos dos compostos nominais da poesia grega.

Agora, porém, ocupemo-nos do composto de Barros que, por sinal, é bem prosaico.

*Ropica*, aliás, mal transcrito, pois devia escrever-se com *Rh-* inicial para transcrever o *ῥ*- grego, vem de *ῥωπικά* que não significa exactamente «mercadoria», como Barros parece supor, mas «mercadoria sem valor», «futilidade». É uma palavra relativamente rara que se encontra em Plutarco, autor que Barros, em mais de um lugar, mostra conhecer e tratar com respeito. O próprio título de um dos seus diálogos, o *Da Viciosa Vergonha*, foi tirado de Plutarco, *Περὶ Δυσωπίας*, em versão latina, *De Vitiosa Verecundia*, e o texto traduz ocasionalmente Plutarco.

Quanto ao *Pnefma*, já vimos que era *πνεῦμα, -ατος* «espírito». «Espiritual» será, naturalmente, um adjectivo em *-ικός*, oxítono, como todos estes adjectivos: *πνευματικός, -ή, -όν*. Em latim, estas palavras tornam-se proparoxítonas, porque o sufixo *-ικός* é um dissílabo, com a penúltima sílaba breve: *-ῖκος* > lat. *-icus*: *πνευματικός* > lat. *pneumaticus*.

Portanto, de *ῥωπικά*, neutro do adjectivo *ῥωπικός, -ή, -όν* substantivado, e do adjectivo *πνευματικά* nunca poderia formar-se um composto *Ropicapnefma*. A verdade é que a palavra, tal como Barros a formou, não tem qualquer sentido em grego. É simplesmente intraduzível.

*ῥωπικά*: *Rhopica* é um neutro do plural e *pnefma*: *πνεῦμα* é um neutro do singular. Além disso, na colocação que Barros deu a *ῥωπικά* no composto, é esta palavra que assume valor adjectivo, mas o de um plural ligado a um singular. Se uma tradução fosse possível, significaria *Ropicapnefma* qualquer coisa como «frívolos-espírito». A palavra, aliás feiíssima, nada significa.

Os dois temas nominais usados por Barros poderiam entrar na formação de um composto com o sentido de «mercadoria espiritual», mas seria qualquer coisa como *πνευματικοῤῥωπικά* ou *πνευματοῤῥωπικά*. Tal palavra, porém, seria um contrasenso, dado o sentido depreciativo de *ῥωπικά*, além de detestável, fonética e morfológicamente. Assim mesmo, do ponto de vista da língua grega, não chegaria a ser um desconchavo como o título do livro do nosso escritor quinhentista.

Valerá a pena indagar porque teria João de Barros procurado nome tão exótico para o seu diálogo filosófico.

À volta de 1530, num livro então muito divulgado entre os eruditos, tratava-se da questão dos títulos das obras latinas, comparados com os das obras gregas. O seu autor era Plínio o Antigo, um dos escritores de Roma mais lidos no primeiro quartel do século XVI e o livro não era outro senão aquele mesmo que Martinho Figueiredo fez imprimir em 1529 por Germão Galharde, na mesma oficina de onde saiu a *Ropicapnefma*, dois anos mais tarde.

No livro I da *História Natural*, constituído pela carta de Plínio a Tito, filho de Vespasiano, discute o polígrafo romano a maior originalidade dos títulos gregos de livros chamados *Κηρίον* «favo de mel», *Κέρας Ἀμαλθείας* «Cornucópia», *Λειμών* «Prado» e outros como *Πανδέκται*, *Ἐγχειρίδια*, *Πίναξ* e *Σχεδίων*. Podia vir daqui a sugestão para Barros, tanto mais que, pelo menos num outro caso, veio de Plínio também o nome de um livro que deu muito que pensar aos eruditos.

Refiro-me ao *Esmeraldo De Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira, escrito entre 1505 e 1508. Duarte Pacheco «parece ter colhido num passo pliniano, *Historia Naturalis*, XXXVII, 5, 16, 64, a sugestão do nome do seu *Esmeraldo*» (3).

Em Coimbra, há muitos anos, o Prof. Doutor Carlos Simões Ventura, cujo saber clássico e conhecimento do português antigo eram invulgares, costumava comunicar, em conversa, aos amigos e colegas algumas das suas descobertas de crítica textual e de etimologias. Infelizmente, não as publicava. Recordo-me de que numa conversa, a que assistiu também a minha colega Prof.<sup>a</sup> Doutora Rocha Pereira, nos falou de Plínio como fonte do título do *Esmeraldo*, num passo em que o romano se referia ao *Smaragdus* (do grego *σμάραγδος*), a palavra grega para «esmeralda» que o quinhentista português verteu com final em «-o»: *Esmeraldo*.

Em 1964, o Professor Barradas de Carvalho, que também identificara a fonte pliniana, publicou na *Revista de História*, São Paulo, n.º 58, pp. 339-348, um artigo em que decifra o enigma.

Na verdade, Plínio, o autor do mundo greco-latino que mais valorizara a observação da Natureza, estava em moda no século das novidades ultramarinas, do contacto da Europa com os outros mundos, iniciado pelos portugueses e espanhóis. Erasmo propunha em 1525

---

(3) Cf. *Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, s.v. «PLÍNIO SEGUNDO, chamado o Velho (Gaio)».



um esforço conjunto de todos os estudiosos de Plínio para que se publicasse uma edição perfeita e proclamava: «E a recompensa é valiosa, porque basta um passo emendado para garantir uma posição de honra ao nome do sábio corrector na memória das pessoas cultivadas.» (4)

Antes de 1493, ano do falecimento em Roma de Hermolao Barbaro, viu Aires Barbosa em Florença o famoso patriarca de Aquileia, que comentava publicamente Plínio, conforme nos diz o humanista português na Introdução do seu opúsculo *In verba M. Fabii. Quid? quod et reliqua. Relectio de verbis obliquis*, publicado em Salamanca em 1511. Em 1504, funcionava na Universidade de Salamanca uma cadeira especial dedicada ao estudo e interpretação da *História Natural* de Plínio. E interesse idêntico pelo cientista romano devia ter existido na Universidade de Lisboa, pois que o livro de Martinho Figueiredo, a que tanto me refiro neste artigo, é o resultado de lições dadas anos antes na Universidade Olisiponense, com a assistência não apenas de estudantes, mas também de pessoas cultas de todas as classes sociais, incluindo naturalmente os eruditos da corte. Isso mesmo declara o autor na carta «humanissimis atque acutissimis lectoribus» a quem informa ter explicado nas aulas todo o Plínio. E note-se que Martinho Figueiredo, «doctor utriusque iuris», não era apenas professor de Humanidades, mas um alto magistrado do conselho do rei D. João III.

Voltemos, porém, a João de Barros e ao seu pouco gostoso «pomo que naceo de dous ramos... os quais, enxertados um no outro, lançaram de si *Ropicapnefma*».

Barros deve ter perdido o entusiasmo pelo fruto do seu pomar de árvores gregas, porque não o repete no decurso do *Diálogo* e já dele se esqueceu, ao chegar ao cólofon, que diz simplesmente o seguinte: «Acabou-se d'empresir esta *Mercadoria espiritual* em a mui nobre e sempre leal cidade de Lixbõa a. viij. de Maio de MDXXXII anos por Germão Galharde, impressor».

Oito anos mais tarde, em 1540, quando aproveita o *Diálogo da Viciosa Vergonha* para responder ao argumento dos maldizentes, de

---

(4) Citado por Margaret Mann Philips em *Erasmus* edited by T. A. Dorey. Routledge & Kegan Paul, Londres, 1970, p. 18. Ver uma recensão deste livro em *Humanitas*, xxi-xxii, 1971-72, pp. 528-530.

que um tratado moral não era obra para ser escrita por leigos, põe estas palavras na boca do Filho que lhe serve de interlocutor:

«FILHO — Esse modo de plantar doutrina católica é permitido a todos ou aos sacerdotes somente? porque o outro dia me queria dar a entender um sacerdote, que o tratado que vossa mercê compôs da *mercadoria espiritual* não lhe convinha pelo hábito e negócio que tem.» (5)

Da *Ropicapnefma* nem palavra, apesar de o filho estudar grego e dominar essa língua provavelmente melhor que o pai.

Então, já o historiador e moralista devia ter reconhecido os inconvenientes da sua pouco auspiciosa incursão no domínio dos compostos gregos.

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO

---

(5) *Compilação de Varias Obras do Insigne Portuguez Joam de Barros, dirigidas pelo mesmo autor ao muito alto, e excelente Principe D. Felipe. Impressas em Lisboa em caza de Luiz Rodriguez Livreiro d'El-Rey, pelos annos de 1539, e 1540. E agora reimpressas em beneficio público pelos Monges da Real Cartucha de N. S. da Escada do Ceo. Lisboa, na officina de José da Silva Nazareth. Anno MDCCLXXXV, p. 283. A grafia da citação foi actualizada e o sublinhado é meu.*